

das pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 51/2006, de 5 de Maio.

Nestes termos, e tendo em conta a referida alteração jurídica nos despachos autorizadores de certo tipo de despesas com deslocações, impõe-se agora a modificação do meu despacho de delegação de competências anteriormente referido, de modo a adaptá-lo a esta nova realidade.

Assim, determino:

1 — É aditada uma nova alínea ao despacho n.º 14 804/2005 (2.ª série), de 30 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 128, de 6 de Julho de 2005, tendo a mesma a seguinte redacção:

- h)* Autorizar as despesas relativas a casos excepcionais de representação, a que se referem o n.º 2 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril, e o n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 192/95, de 28 de Julho, no âmbito da Resolução de Conselho de Ministros n.º 51/2006, de 5 de Maio.»

2 — O presente despacho produz efeitos desde a data da respectiva assinatura, ficando ratificados os actos que, no âmbito das competências ora delegadas, tenham sido entretanto praticados.

1 de Junho de 2006. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

Despacho n.º 12 776/2006 (2.ª série). — Considerando que:

- Foi nomeado o novo conselho directivo do Instituto de Turismo de Portugal, o qual tem por missão proceder à integração das atribuições do Instituto de Formação Turística (INFTUR) e da Direcção-Geral de Turismo (DGT), que serão agregadas ao Instituto de Turismo de Portugal (ITP), nos termos do definido na resolução do Conselho de Ministros de 11 de Maio de 2006;
- O Dr. Orlando Pinto Madeira Carrasco foi eleito nas assembleias gerais de 17 de Maio de 2005 para o cargo de presidente do conselho de administração, respectivamente, da F. Turismo — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., e da F. Turismo — Capital de Risco, S. A., em representação do ITP, tendo assim uma experiência acumulada muito importante e que importa preservar;
- No contexto das alterações a promover nas sociedades de capital de risco públicas e ou com participação pública relevante, importa manter os conhecimentos representados pelo Dr. Orlando Pinto Madeira Carrasco, reconhecendo-lhe um contributo fundamental no âmbito de perfeita sintonia necessária naquela que será a nova casa do Turismo;
- O conselho de administração do ITP recém-nomeado apoia e considera de grande mais-valia a supra-referida manutenção:

Determina-se o seguinte:

1 — O Dr. Orlando Pinto Madeira Carrasco representa, com funções executivas, o ITP no conselho de administração das sociedades F. Turismo — Capital de Risco, S. A., e F. Turismo, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A.

2 — A remuneração a que terá direito pelo exercício do cargo de presidente do conselho de administração dessas sociedades será integralmente suportada pelo ITP.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 11 de Maio de 2006, data em que o Dr. Orlando Pinto Madeira Carrasco cessou o exercício dos cargos de presidente do conselho directivo do ITP e de vice-presidente do ICEP Portugal, I. P.

1 de Junho de 2006. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Secretário de Estado
do Desenvolvimento Rural e das Florestas

Despacho n.º 12 777/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, dou por findo o destacamento de Maria Odete Moreira Gomes, auxiliar técnica do quadro de pessoal da Secretaria-Geral deste Ministério, das funções que vinha desempenhando no meu Gabinete.

31 de Maio de 2006. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Rui Nobre Gonçalves*.

Despacho n.º 12 778/2006 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Noélia Maria Marcos Neto para exercer funções de apoio administrativo no meu Gabinete.

2 — A presente nomeação tem a duração de seis meses, prorrogável por períodos idênticos, sendo contudo revogável a todo o tempo.

3 — A nomeada auferirá a remuneração mensal ilíquida de € 730, atualizável em função dos aumentos determinados para a função pública, acrescida dos subsídios de férias, de Natal e de refeição.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 5 de Junho de 2006.

1 de Junho de 2006. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Rui Nobre Gonçalves*.

Despacho n.º 12 779/2006 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Carlos Alberto dos Santos Camilo para exercer funções de apoio administrativo e de motorista no meu Gabinete.

2 — A presente nomeação tem a duração de um ano, prorrogável por períodos idênticos, sendo contudo revogável a todo o tempo.

3 — O nomeado auferirá a remuneração mensal ilíquida de € 1180, atualizável em função dos aumentos determinados para a função pública, acrescida dos subsídios de férias, de Natal e de refeição.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2006.

1 de Junho de 2006. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Rui Nobre Gonçalves*.

Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, I. P.

Aviso n.º 6895/2006 (2.ª série):

Joaquim António Cabral Rolo, investigador principal do quadro de pessoal do ex-INIA, a prestar serviço na Estação Agronómica Nacional, aprovado nas provas públicas de habilitação para o exercício de funções de coordenação científica [aviso n.º 5679/2006 (2.ª série), de 12 de Maio] — adquiriu o título de habilitado para o exercício de funções de coordenação científica, passando a ser remunerado, a partir da data da publicação do presente aviso, pela tabela constante do anexo 1 do Decreto-Lei n.º 124/99, de 28 de Abril.

5 de Junho de 2006. — Pelo Presidente, a Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Teresa Gonçalves*.

Despacho (extracto) n.º 12 780/2006 (2.ª série). — Por despachos de 27 de Fevereiro e de 8 de Março de 2006, respectivamente, do presidente do INIAP e do director-geral de Protecção das Culturas:

Diamantina Guerreiro Pereira Louro, investigadora principal da carreira de investigação do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Protecção das Culturas — transferida para idêntica categoria para o quadro de pessoal do ex-INIA, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2006, ficando colocada na Estação Agronómica Nacional. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Junho de 2006. — Pelo Presidente, a Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Teresa Gonçalves*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes

Despacho n.º 12 781/2006 (2.ª série). — Tendo presente que na aplicação, no ano de 2005, do Projecto de Investimento Estruturante na Marinha de Comércio Nacional, integrado nos apoios a conceder aos armadores nacionais, no âmbito do Programa de Investimentos e Desenvolvimento da Administração Central — PIDDAC —, se verificou que as despesas elegíveis nos termos do despacho n.º 21 777/2005, de 18 de Outubro, da Secretária de Estado dos Transportes, ultrapassam significativamente o montante do orçamento disponível;

Atento o facto de que a concessão daqueles apoios constitui um instrumento essencial à garantia de competitividade da frota registada em registo convencional, face às vantagens comparativas oferecidas por registos alternativos;